

Jornalismo e Democracia Representativa

Actas das III Jornadas Internacionais de Jornalismo

Ricardo Jorge Pinto

Jorge Pedro Sousa

(Organizadores)

ISBN: 978-989-643-001-6

Depósito-legal: 270075/08

Edições Universidade Fernando Pessoa

Porto, Março de 2008

Jornalismo e Democracia Representativa

Actas das III Jornadas Internacionais de Jornalismo

O género editorial e a gestão da opinião no espaço público: O *Público* e a II Guerra do Golfo

Susana Borges (Universidade Nova de Lisboa)

susborges@gmail.com

Sumário

Abordamos o contributo do Jornal Público para a gestão das dissensões de opinião no espaço público, na fase que antecedeu o início da II Guerra do Golfo, em 2003, através da análise dos editoriais publicados entre 1 e 20 de Março.

Concluimos que este alinhou pela posição oficial do governo português, desvalorizando os argumentos anti-guerra da oposição parlamentar e relativizando a oposição do Presidente da República a uma intervenção decidida à margem da ONU.

Abstract

We analyse the newspaper *Público*'s role in the management of opinion's dissension in the public space, before the beginning of the II Gulf War, in 2003.

The analysed editorials, published among 1 and 20 of March, allowed us to identify the arguments used to frame war, legitimating Portuguese government's support to war, depreciating anti-war opposition's arguments and PR's opposition to a military intervention without ONU's approval.

Introdução

O editorial é “a consciência do jornal” (Armañanzas e Noci, 1996: 80), assumindo-se como o seu espaço de maior comprometimento político, ao veicular a posição da direcção editorial sobre os acontecimentos da actualidade que comenta.

Corporizando a linha editorial da publicação, o discurso editorial veicula normas e valores, ao hierarquizar e contextualizar os acontecimentos noticiosos, interpretando-os e ajuizando sobre os

actores políticos envolvidos (van Dijk, 1989: 244). Através do editorial, o jornal assume-se como actor político, legitimando estratégias de grupos sociais específicos e gerindo equilíbrios de poder entre diversas facções.

Se “não se delibera quando a solução é necessária e não se argumenta contra a evidência” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2002: 1), o editorial apresenta-se como o palco por excelência para a formação da opinião, orientada para a deliberação, funcionando como uma das traves-mestras do “espaço público mediatizado” (Wolton, 1995: 167), funcional e normativamente indissociável do debate operado nas páginas da imprensa.

1. O espaço público mediatizado

Parlamento e imprensa são, nas democracias de matriz liberal, elementos complementares na formação da opinião pública, na qual assenta, em última instância, a legitimidade de actuação do poder executivo.

Indispensáveis, complementares e coordenados, “funcionam de acordo com os mesmos princípios, pondo em jogo mecanismos análogos: o debate oratório nas câmaras legislativas e a polémica travada nos periódicos” (Ayala, 1984: 49).

Ao mediar entre os diversos actores políticos que competem pelo acesso ao espaço público mediatizado, a imprensa tem, na dupla função de representação e de formação da opinião pública, também a sua legitimidade de actuação. Do ponto de vista normativo e ético, a opinião pública resultará do debate racional de propostas, informações e razões (Habermas, 1998: 443), apoiando-se, em última instância, “no assentimento de um público de leigos igualmente composto” (Habermas, 1998: 444).

Da sua função de mediadora nesta luta política, na qual é disputada a capacidade de influenciar a formação da opinião pública, resulta a influência (e o poder) da imprensa, cujo discurso, nomeadamente o editorial, “se converte em modalidade pragmática, num fazer específico gerador de reflexos de sentido” (Rodrigues, 1990: 158).

Nas páginas do jornal, é o artigo de opinião que mais se assemelha ao debate oratório, distinguindo-se o editorial como o único que se reveste de autoridade institucional para guiar a opinião do público. É através do editorial que os acontecimentos noticiosos são relacionados, interpretados e valorados, visando a persuasão do “leitor das ideias que expõe” (Armañanzas e Noci, 1996: 95). Persuasão que opera através dos argumentos que fornecem o primeiro quadro de sentido (Goffman, 1986: 10-11) para o leitor interpretar os acontecimentos, num processo eminentemente comunicacional: “O recurso à argumentação supõe o estabelecimento de uma comunidade de espíritos que, enquanto dura, exclui o uso da violência” (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2002: 61).

2. Metodologia

O corpus analisado foi publicado entre 1 e 20 de Março de 2003, data em que se iniciou a 2ª Guerra do Golfo, tendo-nos focado, apenas, em sete dos nove editoriais que abordaram a crise iraquiana, comentando a posição de actores políticos nacionais.

Seguimos uma análise retórico-pragmática, tendo em conta a performatividade da linguagem (Austin, 1962: 108) e a sua relevância no estudo da comunicação persuasiva (van Dijk, 1988: 82), situando o discurso editorial na sua relação com as audiências (leitores, elites políticas).

Identificámos os esquemas de ligação - argumentos quase-lógicos, argumentos baseados na estrutura do real e argumentos que fundam a estrutura do real (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2002: 217 - e de dissociação que estruturaram o discurso editorial (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2002: 468-469), organizando os argumentos por tópicos, através de macroproposições semânticas que nos indicam o tema de cada unidade discursiva (van Dijk, 1988: 31-32).

A análise comparada entre os diversos editoriais permitiu identificar um padrão de enquadramento (*framing*) do conflito, que serviu como padrão interpretativo (Goffman, 1986: 10-11), à luz do qual problematizamos a gestão das dissensões de opinião no espaço público.

3. A iminência da guerra nos editoriais do *Público*

No primeiro editorial em análise, “Armas para Tiranos?”, de 1 de Março, é abordada a venda de armas de Portugal ao Iraque, quebrando o embargo das Nações Unidas (ONU). O autor desvaloriza o papel da ONU, reenquadrando a venda de armas ao Iraque como integrante de uma política de venda de armas a regimes tirânicos que urge mudar. Acusa o primeiro-ministro de incoerência na matéria, em defesa da posição oficial do governo português de apoio ao desarmamento do Iraque pelos meios necessários.

No segundo editorial em análise, “O PS Escreve pelas Linhas de Ana Gomes?”, de 6 de Março, são comentadas declarações da porta-voz do PS para as questões internacionais. O autor sustenta a incompatibilidade entre o comportamento de Ana Gomes e o que deve ser o do PS (partido com aspiração a ser Governo), desvalorizando a sua oposição à intervenção militar no Iraque, e defende o apoio governamental à guerra.

No terceiro editorial, “Sob Pressão”, de 12 de Março, o autor comenta o editorial do jornal “New York Times” (NYT), contra a guerra ao Iraque sem resolução da ONU. Desvaloriza a oposição parlamentar portuguesa anti-guerra e defende o governo português, na cedência da base das Lajes às tropas norte-americanas, legitimando a guerra com o desarmamento de Saddam Hussein para evitar a desautorização da ONU.

No quarto editorial, “No Coração do Atlântico”, de 15 de Março, é analisada a cimeira das Lajes, na qual o Presidente dos EUA e os primeiros-ministros de Portugal, Inglaterra e Espanha, irão debater a crise iraquiana, sendo o encontro apresentado como um último esforço para obter a maioria no Conselho de Segurança (CS) da ONU que aprove uma segunda resolução que legitime a guerra. Defende as posições dos países pró-guerra, nomeadamente a do governo português, desqualifica a dos países anti-guerra, nomeadamente a da França, pelo seu anunciado veto, apresentando-a como “intransigente” e imputa ao líder iraquiano a responsabilidade pela guerra, por não se afastar voluntariamente do poder.

No quinto editorial, “As Últimas 24 Horas”, de 17 de Março, comenta a decisão da Cimeira das Lajes de dar mais 24 horas à diplomacia para desarmar o Iraque, sustentando as posições dos Estados Unidos e do Reino Unido sobre a imposição de um ultimato ao regime iraquiano, com base em anterior resolução do CS da ONU, defende a aprovação da resolução-ultimato pelo CS da ONU, através da desqualificação dos países que se lhe opõem, e legitima a guerra, com base na resolução 1441 da ONU e da personificação do regime iraquiano no seu líder, cujo afastamento apresenta como inevitável.

No sexto editorial, “Solidão e Convicção”, de 19 de Março, é abordada a decisão de iniciar a guerra, defendendo a decisão dos líderes das potências atacantes (e dos seus apoiantes, como o primeiro-ministro português) e classificando-os como “modelos” de dirigentes políticos em democracia. Desqualifica os opositores, em particular a oposição portuguesa, e defende a opção militar, subscrevendo os argumentos dos líderes que a decidiram: eventual associação a redes terroristas, capacidade de fabrico de armas de destruição em massa, invocação de risco comum, invocação de democratização e progresso como resultados do pós-guerra.

No sétimo editorial, “Sampaio Sereno”, de 20 de Março, avalia a comunicação do Presidente da República (PR) ao país, na data em que se inicia a 2ª Guerra do Golfo, apresentando-o como modelo de serenidade, visando isolar as críticas da oposição parlamentar ao governo, e desvaloriza o facto do PR ter uma posição diferente da do governo em relação ao conflito, da qual resultou, pela natureza dos poderes constitucionais do PR, que não houvesse militares portugueses na guerra.

Quadro 1: Tópicos por editoriais (agrupados em macroproposições semânticas)

Tópicos	Editoriais						
	1	2	3	4	5	6	7
Defesa da intervenção militar no Iraque		x	x		x	x	
Defesa das posições dos E.U.A. e Reino Unido	x		x	x	x	x	
Defesa da posição do Governo português	x	x	x	x		x	x
“Tiranização” do líder iraquiano		x		x	x		
Desqualificação da França e de outros países anti-intervenção militar com assento no C.S. ONU				x	x		
Desqualificação da oposição parlamentar portuguesa		x	x			x	x
Desvalorização de diferendo institucional entre PR e Governo							x
Ligação do regime iraquiano a actos terroristas e armas de destruição maciça						x	
Guerra como mal menor	x					x	
Invocação de razões morais e éticas para a guerra	x	x				x	

4. Os argumentos invocados

4.1. Alinhamento com a posição do governo português

Nos sete editoriais em análise, identificam-se linhas argumentativas comuns, que respeitam quer ao enquadramento da iminência da guerra no contexto político internacional, quer à forma como foi enquadrada a questão no campo político nacional, nas quais nos centraremos.

Neste contexto, é de sublinhar a defesa da posição do governo português de apoio à intervenção militar (6 editoriais), a desvalorização da oposição parlamentar portuguesa (4 editoriais) e a relativização do diferendo institucional entre Presidente da República e Governo (1 editorial).

No que respeita à defesa da posição do Governo Português, esta concretiza-se, de forma explícita, no primeiro editorial, através do argumento da coexistência entre a pessoa e os seus actos, *a contrario*:

“Com esta formulação, o primeiro-ministro prestou um péssimo serviço à causa que ele próprio defende, a do desarmamento do Iraque...”

e do argumento da transitividade:

“Se Durão Barroso acredita que há fortes razões éticas e morais – para além das razões de segurança – para utilizar os meios que forem necessários para conter Saddam Hussein...”

recursos retóricos através dos quais é criticada a intervenção do primeiro-ministro Durão Barroso no debate parlamentar sobre a venda de armas ao Iraque, visando a defesa da posição oficial do governo.

No quarto editorial opta pelo argumento da autoridade, citando e interpretando as palavras do primeiro-ministro acerca dos objectivos da Cimeira das Lajes:

“São sinais que reforçam a ideia de que «da cimeira dos Açores não sairá qualquer declaração de guerra», como disse Barroso, mas sim «um último esforço» para conseguir a unidade do Conselho de Segurança”.

4.1. Desvalorização da oposição anti-guerra

O alinhamento com a posição do Governo Português processa-se também de forma implícita, nomeadamente pela desvalorização das posições anti-guerra assumidas pela oposição parlamentar, com destaque para o PS.

Recorre, no segundo editorial, ao argumento da coexistência entre o grupo e o elemento que o integra, *a contrario*, classificando a posição da porta-voz do PS para as questões internacionais como incompatível com o sentido de Estado exigível a um partido com aspirações a ser Governo:

Ana Gomes poderá ser um “trunfo importante” para o PS se *“aquilo que Ana Gomes defende for o mesmo que o partido defende. Nos últimos dias isso tem-se tornado algo duvidoso.”*

Recorre a duas ilustrações para reforçar a ideia de incompatibilidade, relacionadas com intervenções da diplomata num comício anti-guerra. A primeira, relacionada com o destino de Saddam Hussein: *“A palavra central aqui é o «como», e sobre o «como» Ana Gomes nada disse – porque nada tem a dizer, ou a propor”*.

E a segunda, acusando-a de insinuar ligações entre a posição governamental e interesses uma empresa de armamento:

“Tentando emendar a mão, Ana Gomes disse que não havia qualquer insinuação, apenas uma coincidência temporal”,

Concluindo com uma interrogação oratória: *“É este o tom estridente que o PS, partido de Governo, julga o mais adequado? Duvido”*.

Socorre-se do argumento do modelo, aplicado *a contrario*, para desvalorizar as críticas da oposição ao governo, no terceiro editorial, apresentando um editorial do “New York Times” contra a guerra sem nova resolução da ONU como *“um modelo de argumentação serena”*, e caracterizando, *a contrario*, os *“termos que, em Portugal, se tornaram banais entre alguns políticos. Especialmente aqueles que estão contra o apoio de Durão Barroso às posições americanas, inglesas e espanholas”*.

4.2. Relativização do diferendo institucional entre Governo e Presidente da República

Relativizando as diferentes posições do governo e do Presidente da República (PR), que assumiu uma posição contrária à participação de militares portugueses numa guerra decidida à margem da

ONU, recorre, no sétimo editorial, ao argumento do modelo, apresentando a comunicação ao país do PR no dia anterior como *“um exemplo de serenidade e sentido de Estado”*, caracterizando, *a contrario*, o debate parlamentar ocorrido na véspera: *“e, por isso mesmo, contrastou fortemente com o tom do debate parlamentar (...)”*.

O argumento de inclusão, associado ao *topoi* da ordem, permite incluir as declarações do PR e as do primeiro-ministro num mesmo todo, para as “equiparar”, desvalorizando a importância da comunicação do PR:

“Sampaio reafirmou o que já se sabia, quer o que pensava sobre a actual crise, quer o que Durão Barroso tinha na véspera, no Parlamento, reafirmado ser a posição do Estado português”

O argumento da coexistência entre a essência e as suas manifestações, associado ao *topoi* da ordem e ao argumento da inclusão, permite-lhe desvalorizar a questão mais importante da comunicação do PR, decorrente dos seus poderes constitucionais - a não participação de militares portugueses numa guerra não autorizada pela ONU:

“Falou como comandante supremo das Forças Armadas e, como tal, repetiu o que se sabia: que nenhum soldado português participará na guerra, tal como tinha garantido o primeiro-ministro”

Com o argumento da causalidade sustenta que as divergências estão sanadas:

“Confirma-se que, ao longo destes dias, o contacto entre primeiro-ministro e Presidente terá permitido que ambos acabassem por dizer o mesmo, embora utilizando palavras diferentes e sabendo-se que têm opções de fundo distintas”.

5. Discussão

O corpus que analisámos incluía sete editoriais, da autoria do director do “Público”, José Manuel Fernandes, que, perante a iminência da guerra, se posicionou na defesa da intervenção militar – em detrimento da continuação dos esforços diplomáticos. Esse enquadramento (*framing*) do conflito assentou em três aspectos-chave, no que respeita à política nacional: o alinhamento com a posição do governo português de apoio à intervenção militar no Iraque, a desvalorização das posições anti-

guerra assumidas pela oposição parlamentar portuguesa (em particular, pelo PS) e a relativização das divergências entre governo e Presidente da República no que respeita a uma intervenção sem resolução da ONU.

O autor vai desenvolvendo as três linhas argumentativas, editorial após editorial, fornecendo um quadro interpretativo (*frame*) de acontecimentos-chave do processo de decisão da guerra – cimeira das Lajes, Reunião do Conselho de Segurança da ONU – que se traduz num alinhamento com os argumentos e a posição do governo português.

Aliada à desvalorização dos argumentos anti-guerra que a oposição parlamentar invocava, e à relativização do diferendo entre governo e Presidente da República, o director do “Público” oferece um quadro interpretativo aos seus leitores que visa direccionar o debate público para a legitimação da posição governamental.

O discurso editorial destina-se não só aos leitores, mas também aos actores políticos, cuja actuação pretende influenciar ou desqualificar, nomeadamente através da crítica ao primeiro-ministro, indicando-lhe um rumo alternativo; quando imputa à porta voz do PS e ao PS declarações incompatíveis com o seu estatuto de partido com vocação governativa ou quando avalia a comunicação do PR ao país, desvalorizando divergências com o governo.

Perante as dissonâncias de opinião que atravessavam o espaço público, patentes nas diferentes posições assumidas pelo governo português e pelo Presidente da República perante uma guerra decidida à margem da ONU e pelas críticas da oposição parlamentar, este enquadramento do conflito traduz uma gestão dessas dissensões direccionada para a eficácia da acção política em detrimento da legitimidade de uma opinião construída em comum.

Conclusão

Concluimos que, nestes editoriais, o jornal posicionou-se na defesa da intervenção militar, subscrevendo os argumentos invocados, a nível nacional, pelo governo, numa estratégia de legitimação da opção política tomada pelo poder executivo.

As divergências de opinião foram desvalorizadas, quer através de uma argumentação destinada a desqualificar os argumentos invocados pela oposição, em particular os do PS, quer através da relativização da essência da divergência entre governo e Presidente da República perante o conflito. Este enquadramento constrói um aparente consenso entre governo e PR, em relação à participação portuguesa na guerra, que se traduziu posteriormente no envio de elementos da GNR (sob tutela governamental) para o Iraque, perante a oposição do PR e comandante supremo das Forças Armadas, à participação de militares portugueses numa guerra sem aval da ONU.

Esta solução de compromisso, resultante das diferentes competências constitucionais, é relativizada e apresentada como se de uma mera escolha de palavras diferentes se tratasse, construindo uma posição oficial aparentemente unânime: a do Estado Português.

Se “muito poucos factos são capazes de contar uma história só por si, sem comentários que realcem o seu significado” (Mill, 2006: 56), conclui-se que o significado dado por estes editoriais à iminência da guerra é análogo ao do governo, num alinhamento explícito com a interpretação que, em cada etapa do pré-guerra, este apresenta ao assentimento da opinião pública.

O jornal assume-se, através deste espaço editorial, como actor político, orientando a discussão pública para a legitimação da decisão política tomada pelo poder executivo, desvalorizando os argumentos da oposição e construindo um equilíbrio entre a posição do governo e a do PR, esvaziando as divergências opinativas que atravessavam os diversos actores na cena político-partidária nacional.

Sendo a guerra, porventura, um dos principais temas que provoca um exponencial aumento da incerteza, dado o seu potencial para abalar as estruturas sociais, a função ideológica da imprensa é de particular importância no que respeita à criação dos consensos sociais, através da sua dupla função de representação e de formação da opinião pública.

O consenso construído por este discurso editorial, quanto a uma posição oficial única do Estado português em relação à guerra que se anunciava, remete para num simulacro de debate público que privilegia a função de formação de opinião, em detrimento da de representação, visando a

deliberação, enfraquecendo, numa perspectiva ético-comunicacional, a própria legitimidade de actuação da imprensa no espaço público.

Bibliografia

ARMAÑANZAS, E. e NOCI, J. D. (1996). *Periodismo e Argumentación. Géneros de Opinión*. Bilbao: Universidad del País Vasco.

AUSTIN, J. L. (1962). *How to do Things with Words*. London: Oxford University Press.

ESTEVES, J. P. (2005). *O Espaço Público e os Media: Sobre a Comunicação entre Normatividade e Facticidade*. Lisboa: Edições Colibri.

GOFFMAN, E. (1986). *Frame Analysis: an Essay on the Organization of Experience*. Boston: Northeastern University Press.

HABERMAS, J. (1998). *Facticidad y Validez*. Madrid: Ed. Trotta.

MILL, J.S. (2006). *Sobre a Liberdade*. Lisboa: Edições 70.

PERELMAN, C. e OLBRECHTS-TYTECA, L. (2002). *Tratado da Argumentação*. São Paulo: Edições Martins Fontes.

RODRIGUES, A. D. (1990). *Estratégias de Comunicação: Questão Comunicacional e Formas de Sociabilidade*. Lisboa: Editorial Presença.

VAN DIJK, T. A. (1988). *News as Discourse*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

VAN DIJK, T. A. (1989). Race, riots and the press. An analysis of editorials in the British press about the 1985 disorders. *Gazette*, nº 43, pp. 229 - 253.

WOLTON, D. (1995). As Contradições do Espaço Público Mediatizado. *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 21-22, pp. 167 - 188.